
A RECONSTRUÇÃO ÉTICA DA POLÍTICA

Não poderia deixar de fora deste texto, o relacionamento entre a política, sociedade e ética. Aliás, tais conceitos são indissociáveis, na medida em que um não existiria – nem existirá – sem o outro. Particularmente no Brasil, esta relação tem se mostrado turbulenta e confusa há algumas décadas, mas parece ter atingido o ápice na história recente, cercada pela aflição econômica, vazão cultural e pelo cinismo político.

Enfatizemos este último tópico, o cinismo, pois ele é sintomático de grande parte dos acontecimentos que temos vivenciado. Cínico é aquele que cultua a indiferença e cuja desconfiança supera todos os outros sentimentos. A confiança, como instituição invisível que confere legitimidade à política, é o ativo que mais falta ao cínico.

Neste sentido, a política brasileira parece sempre ter caminhado em direção ao cinismo, haja vista os níveis declinantes de confiança nos políticos e nas instituições políticas nacionais. Entretanto, essa não é uma tendência regionalizada, mas global, que acomete desde democracias nascentes, até poliarquias consolidadas, como revelam as escolhas recentes da sociedade em países cuja tradição democrática é longínqua, fruto desse aprofundamento do desencanto: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos, o *Brexit*, no Reino Unido, e a ascensão de líderes populistas em ambos os extremos ideológicos, em outras partes do mundo.

Mesmo assim, nos rankings de (des)confiança política, o Brasil continua quebrando recordes, e em 2017 não foi diferente, conforme demonstra o latinobarômetro (2017). Nosso país ocupa a última colocação no tocante à confiança, com o

seu menor nível no governo e nos partidos políticos. E pasmem: o índice é menor do que o registrado em países como a Venezuela, cujo regime é indisfarçadamente autoritário. Tudo isso no momento em que completamos trinta anos de construção democrática.

Estendendo o parâmetro da pesquisa para o nível mundial, dos 137 países avaliados no Índice de Competitividade Global, do Fórum Econômico Mundial de Davos, o Brasil encontra-se no último lugar no tocante à confiabilidade pública nos políticos.

As possíveis causas deste fenômeno já foram aqui exploradas em capítulo anterior, lembrando agora que estão inseridas num problema geral de *accountability*. Primeiro, na perspectiva da *responsividade*, isto é, na capacidade de resposta do Estado às aspirações da sociedade, na medida em que é progressivamente maior a dissonância entre aquilo que o governo custa ao cidadão (muito), e o que ele entrega em contrapartida (pouco); segundo, na ótica da *responsabilidade*, compreendendo o dever dos agentes governamentais de render contas, arruinada pela percepção de impunidade e corrupção no setor público.

Estes não são dados banais e devem ser encarados com seriedade, pois a desconfiança nos políticos e na política enquanto método de funcionamento da sociedade, insere-se num campo muito mais amplo, que é o de insatisfação com a própria democracia. Por isso cientistas políticos anunciam que a descrença nos políticos constitui apenas um dos aspectos de uma síndrome de desconfiança generalizada, nas pessoas, nas instituições e na legitimidade do regime democrático.

Tomando a explicação sintética de Seymour Martin Lipser, legitimidade consiste na “capacidade do sistema político de engendrar e manter a crença de que as instituições políticas existentes são as mais apropriadas para a sociedade.”²⁹²

Alguns autores têm abordagens mais radicais neste ponto, havendo reflexões que sugerem uma era *pós-democrática* (Crouch), ou um *inverno da democracia* (Hermet), e mesmo os que aludem à própria *morte* (Levitsky e Ziblatt) *ou término* (Runciman) *da democracia*.²⁹³

É claro que uma certa dose de desconfiança pode constituir um elemento positivo do ponto de vista republicano, já que intensifica a necessidade de controle

²⁹² LIPSET, Seymour Martin. *Political man: the social bases of politics*. London: Heinemann, 1983, p. 70.

²⁹³ CROUCH, Colin. *Post-democracy*. Cambridge: Polity, 2004; HERMET, Guy. *L'Hiver de la démocratie*. Paris: Armand Colin, 2007; LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *How Democracies Die*, USA: Crown Publishing, 2018; RUNCIMAN, David. *How democracy ends*. United Kingdom: Hachette, 2018.

e pressão da sociedade sobre as instituições políticas, o modo como elas funcionam e o que entregam em termos de resultado, contrabalanceando os poderes democráticos. Guillermo O'Donnell se refere à institucionalização da desconfiança.²⁹⁴ Porém, a cisma generalizada, que desperta o cinismo político, prejudica a própria qualidade da democracia, especialmente porque atinge a cultura do país.

Isso justifica, por exemplo, os níveis crescentes de aceitação, inclusive entre os cidadãos mais jovens, do regime ditatorial como alternativa válida de governo, em prol de valores como ordem, segurança e estabilidade econômica. Outro aspecto relevante que decorre desses níveis abissais de confiança política é a tolerância à corrupção, conforme ressaltei a partir da citação de Pierre Rosanvallón, segundo o qual essa tolerância é mais acentuada onde o desencanto democrático vigora com maior força. O efeito imediato que a complacência exerce sobre os eleitores é que a corrupção deixa de ser um critério de diferenciação a balizar a escolha dos políticos, tornando a busca pelo *melhor*, numa disputa infame entre os *menos piores*, ou *menos corruptos*.

Daí que ética e política se convertem em polos antagônicos, tão indissociáveis aos olhos da sociedade como gato e rato. Assim, o senso comum guia-nos a uma percepção (equivocada) de que é impossível entrar na política e manter uma atitude ética – ou quem entra não a tem, ou a perde no processo.

O que resta, então, do cenário político brasileiro? Algo entre uma postura de aversão e hostilidade, desconfiado das instituições de representação política e abalado pela corrupção. No intermédio entre o eleito e o eleitor, um oceano de incerteza e insegurança. Em outras palavras: o cidadão tingido de vítima e o político de enganador.

Não avalio este cenário de outra forma senão como um grave déficit de cultura cívica,²⁹⁵ haja vista as implicações extremamente negativas que isso gera não só no ativismo e engajamento dos cidadãos, como também na própria integridade da política (e não da politicagem) como via de resolução dos problemas que afetam a sociedade. Aqui, calha perfeitamente a advertência de Sócrates para Glauco,

²⁹⁴ O'DONNELL, Guillermo. Horizontal accountability: the legal institutionalization of mistrust. In: MAINWARING, S.; WELNA, C. *Democratic accountability in Latin America*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

²⁹⁵ De acordo com o Índice da Democracia, da Unidade de Inteligência da revista *The Economist*, no critério cultura política, o Brasil anota 3.75, sendo a mais baixa entre todos os países classificados como “*democracias falhas*”, colocando-o no mesmo patamar de Quirguistão, Haiti e Chade. (*Economist Intelligence Unit*. Democracy Index, 2016).

descrita por Platão, de que quando não queremos ser nós a governar, o maior castigo consiste em ser governado por alguém pior do que nós.²⁹⁶

Por cultura cívica, entende-se a expressão do sistema político de uma sociedade a partir das percepções, sentimentos e avaliações do seu povo.²⁹⁷ E que percepções o brasileiro tem sobre a política? Corrupta, clientelista, corporativista, patrimonialista, fisiologista, e uma série de outros *istas* que incrementam a visão extremamente negativa e estigmatizada que a população tem dos seus representantes, associados ao dogma quase insuperável do jeitinho e da roubalheira.

Se essas impressões correspondem integralmente ou não à verdade, é algo para discutir em outro espaço. O problema, penso, está concentrado na reação da sociedade diante destas questões. É inegável que o sistema político brasileiro carrega disfunções graves que incentivam condutas pouco republicanas e democráticas por parte dos candidatos eleitos, inserindo o povo num ciclo dramático de eleição e decepção. Apenas para exemplificar: (i) nosso conhecido presidencialismo de coalizão, que deveria funcionar de maneira programática, acaba se convertendo em modelo de cooptação fisiológica, impulsionado pela barganha política e jogo de favores instrumentalizados pela corrupção; (ii) nossos partidos políticos, em número progressivamente maior (e mais desnecessário), têm incentivos de sobra para atuar como empresas voltadas apenas para a obtenção de vantagens econômicas aos seus diretores e correligionários, abocanhando fatias do fundo partidário e negociando a sua quota de propaganda na rádio e televisão, em prejuízo de programas políticos sérios e da real função dos partidos, que é vocalizar ideologias refletidas na sociedade; (iii) nossos atores políticos, eleitos através de um sistema que inviabiliza a identificação do eleitorado, encontra estímulos para atender determinados grupos de interesse que sustentem o seu polo de poder (*rent-seeking*), e a si mesmo, legislando em causa própria para preservar privilégios e dar um empurrãozinho nos próprios negócios.

Problemas que não são de hoje, mas que persistem na história brasileira desde o império e resistem à dinâmica da sociedade. Raymundo Faoro já indicava representações destes privilégios políticos na relação dos comerciantes com visconde de

²⁹⁶ Vale complementar o que diz o filósofo: “é com este receio que me parecem agir, quando governam, as pessoas honradas, e então assumem o poder não como um bem a ser usufruído, mas como uma tarefa necessária, que não podem confiar a outras melhores que elas e nem iguais”. (PLATÃO. *A República*. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1985, p. 94).

²⁹⁷ ALMOND, Gabriel A. VERBA, Sidney. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. London: Sage, 1989.

Rio Branco, no século XIX: “formigavam nos ministérios, nos corredores da Câmara e do Senado, magotes de aventureiros, intermediários e empresários nominais, em busca das cobiçadas concessões, dos fornecimentos, das garantias de juros, das subvenções, para o lucro rápido e sem trabalho das transferências”.²⁹⁸

Esse é o Brasil velho, desgastado e um tanto anacrônico, que ressoa suas heranças coloniais, marcadas pelo patrimonialismo, subserviência e privilégios daqueles que estão no *andar de cima*, que embora tenham abandonado os brasões lustrosos e vestimentas exuberantes, governam em um círculo impermeável à preferência dos cidadãos.

Talvez por isso estejamos volta e meia discutindo maneiras de reformar a política, de promover mudanças normativas que corrijam estas distorções e salvem a lavoura, tornando o sistema mais íntegro e inclusivo. Em intervalos muito curtos, principalmente depois da redemocratização (1988), despontam leis e mais leis alterando regras sobre eleições, partidos e inelegibilidades. *Reforma política* tornou-se um jargão constante nos períodos pré-eleitorais.

Você já deve ter antevisto o argumento que irei apresentar agora. Exatamente! É inverossímil que um problema de cultura política seja resolvido por meio de reformas legais incrementais. Recordando Lassale, sem o exame dos fatores reais, a lei corre um sério risco de tornar-se folha de papel, nada mais. Se devemos promover reformas, elas devem voltar-se à cultura cívica e, portanto, à renovação ética da política.

Exatamente por isso, o meu propósito neste capítulo não é examinar propostas de reforma político-normativa tradicional, concernente a possíveis alterações no sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista), eleitoral (majoritário ou proporcional; distrital, distrital misto ou *distritão*; lista aberta ou fechada) e partidário (fundo partidário, cláusula de desempenho e coligações partidárias), como faz – e sucessivamente falha – o congresso brasileiro, de tempos em tempos. Embora reconheça que determinadas medidas estruturais são decisivas para o aperfeiçoamento da política.

Meu objetivo central, na verdade, é buscar as bases para reconstrução da política de um Brasil novinho em folha, não através exclusivamente do sistema legal (jurídico-normativo), mas da consolidação da cultura cívica que fortaleça a ética, a honestidade, a eficiência e reaproxime o cidadão dos seus representantes, realocando a confiança que se perdeu no meio do caminho. Neste caso, poderia dizer que

²⁹⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

•• *Finanças públicas*: travessia entre o passado e o futuro

estamos diante da **verdadeira** reforma política: a educação cívica como vetor de mudança cultural da nossa democracia, desvinculada do velho Brasil do compadrio e dos bastidores.

Se continuarmos todos atuando com base no passado para um país do futuro, a que velocidade iremos? Como guiar rápido, numa estrada que só se amplia, olhando para o retrovisor?

Por conseguinte, tenho como pressuposto para essa reconstrução ética, o desenvolvimento de uma massa de cidadãos engajados, cujo objetivo seja participar mais ativamente das questões públicas, controlar os atores estatais, promover a renovação das lideranças e, conseqüentemente, do cenário político brasileiro.

Digo *desenvolvimento* porque essa massa já existe, embora não esteja socialmente organizada. Trata-se do grupo de cidadãos que aspira a democracia como regime ideal de governo, embora permaneçam profundamente céticos ao avaliar o funcionamento do regime em seu país, fenômeno descrito por Pippa Norris,²⁹⁹ que denominou este grupo de *cidadãos críticos*. A hipótese é confirmada pelas pesquisas de opinião, como o Latinobarômetro (2017), que revela um incremento significativo nos quesitos referentes à insatisfação com a democracia na última década, enquanto o apoio ao regime permanece sólido.³⁰⁰ Quer dizer: são cidadãos que não confiam e não estão satisfeitos com a maneira como tem funcionado o regime, embora reconheçam a importância de viver em um estado democrático. Resta saber se estão dispostos a lutar por ele.

A questão fundamental é que, se esta síndrome comportamental se converter em ação concreta, então qualquer déficit democrático é um importante recurso para mobilizar movimentos sociais buscando o aprofundamento da participação, *accountability* e transparência (que serão analisados mais adiante), bem como encorajar reivindicações populares de renovação.

O processo de reconstrução ou revigoramento, contudo, passa necessariamente pelo reconhecimento de dois pontos: (i) não há saída fora da política; (ii) a educação é a via para transformação social, formando mais cidadãos críticos e qualificados para promover mudanças importantes. Analisemos cada um deles.

²⁹⁹ NORRIS, Pippa. *Democratic deficit: critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.

³⁰⁰ O cenário brasileiro é delicado: segundo o Latinobarômetro, de 2003 a 2015, o apoio à democracia no Brasil teve um aumento correspondente a 20 pontos. Em 2016, após o trauma institucional ocasionado pelo processo de impeachment, além da crise econômica e incremento dos escândalos de corrupção, o suporte à democracia no Brasil caiu 22 pontos em apenas um ano, o que parece revelar uma situação tão atípica quanto momentânea, permitindo não se descartar a hipótese de que no Brasil também tem se desenvolvido cidadãos críticos.

O caminho político necessário

Muita tinta e ainda mais neurônios já foram gastos na busca por modelos alternativos à democracia representativa. Aliás, nos debates primitivos sobre a melhor forma de governo, a democracia foi quase sempre colocada em último lugar. Platão condenava o poder dirigido pelo povo e sua ignorância, cultuando o governo dos filósofos, a Guardiania ou Epistocracia. Aristóteles não fica atrás: na distinção entre formas de governo boas e formas de governo más, o termo democracia serve para designar o mau governo popular.

O tempo, bem como as traumáticas experiências autoritárias que permearam o mundo durante os séculos, serviram para mostrar que o estado democrático é, entre o ideal e o real, o modelo possível ou, segundo Churchill, a pior forma de governo imaginável, à exceção de todas as outras que foram experimentadas.

E o ponto que separa a autocracia da democracia é justamente a capacidade que somente este segundo modelo possui de construir consensos, de deliberar programas e negociar interesses, o que costuma receber o nome – hoje tão recriminado – de política.

O que quero dizer é que, numa democracia, não há outro meio para se fazer ouvir e promover mudanças positivas senão pela boa e velha política.

Com esta premissa, rejeito dois pensamentos bastante difundidos. Em primeiro lugar, a aparente dicotomia segundo a qual a sociedade seria uma entidade abstrata que reúne apenas virtudes, enquanto a política representa um repositório do mal, da barganha e da desonestidade. Premissas como essa serviram de anteparo para que plutocratas populistas como Silvio Berlusconi, na Itália de 1990 e Joseph Estrada, nas Filipinas de 1988, emergissem ao poder. Segundo, a orientação conforme a qual necessitamos de reformas técnicas, ao invés arranjos políticos. Problemas políticos exigem soluções políticas, que envolvem mudanças na maneira como o Estado, os políticos e a sociedade se relacionam, trocando a corrupção pela honestidade, a opacidade pela transparência e o cuidado com os privilegiados com o cuidado para com o povo.

Mesmo não gozando de boa credibilidade, a mudança ética que procuramos está inevitavelmente na política, mas deve realizar-se pela e para a sociedade, sem que estas instituições se excluam mutuamente. Em outras palavras, trata-se de (re) legitimar a política, ao invés de deslegitimá-la de uma vez por todas.

Neste aspecto, a dificuldade premente refere-se à crise de ausência de lideranças éticas renovadas. Quando voltamos os olhos às instituições políticas nacionais, observamos sempre as mesmas figuras desde a redemocratização. Quer em Brasília,

ou nos demais estados e nos municípios. O bom presságio de ultimamente é que o país passou a questionar estas lideranças desgastadas e, principalmente, tem ansiado substituí-las.

Essa vontade crescente dos atores sociais (cidadãos críticos) desafiarem os focos tradicionais de poder político, típicos do Brasil velho, representa o exercício de um verdadeiro *contrapoder*, isto é, uma resposta às estruturas que tomam conta do Estado, reivindicando uma elevação no patamar ético.

Retrato dessa dinâmica se reflete no surgimento de novas vias de ação política, fora das arenas institucionalizadas, como o sufrágio, por intermédio da internet e redes sociais, criando uma cultura de mobilização descolada das instituições tradicionais. É política, ainda que por caminhos diferentes, ou seja, o ponto de chegada é o mesmo, mudando apenas o ponto de partida. A internet proporciona uma comunicação em massa a partir de redes horizontais, dificilmente controláveis pelo governo, fornecendo a plataforma para que os atores sociais possam pensar, se mobilizar, agir e fazer-se ouvir, sem que para isso necessitem de permissões ou burocracias. As redes sociais, em termos políticos hoje, funcionam tanto como painéis de pressão política, quanto alto-falantes sociais. Também não podemos desprezar a relação positiva existente entre o número crescente de habitantes que utilizam as redes sociais e o maior controle da corrupção. Insisto: a tecnologia digital importa muito para a democracia, pois torna o debate mais plural e o controle social mais amplo.

Inseridos do mundo tecnológico e mais próximos uns dos outros através do Facebook, Twitter e Whatsapp, os jovens estabeleceram um novo protagonismo.

Contudo, ao mesmo tempo em que o novo mundo 4.0 abastecido pelas mídias digitais expande a capacidade de deliberação e discussão político-social, ele gera desafios e complicações que a democracia ainda não sabe lidar adequadamente. Se os debates políticos melhoram em termos quantitativos, quer dizer, há mais pessoas discutindo numa plataforma mais igualitária, onde a opinião de todos é considerada – mesmo as estúpidas ou irrazoáveis –, não se pode dizer o mesmo numa perspectiva qualitativa, em virtude da crescente polarização.

O fenômeno da polarização vai além de dois pontos de vista que se negam, mas se trata de uma refutação quase automática, pelo indivíduo, de tudo aquilo que acredita que seja a opinião do outro. Não só no Brasil, é perceptível que as pessoas estão menos abertas à contraposição saudável de argumentos, e cada vez mais propensas à violência verbal, a encontrar nas ideias que lhe são contrárias uma razão para desferir intolerância. Daí que programas políticos se convertem em dogmas. Duas ideologias, uma à direita e outra à esquerda, separadas em rótulos alimentícios, *coxinhas* e *mortadelas*, tornam-se duas seitas religiosas, das quais uma

possui a verdade absoluta e a outra é necessariamente possuída pelo erro. Assim, a luta política vai se transformando em uma guerra ideológica.

A consequência imediata é que o espaço entre duas concepções diversas acaba abrindo-se em um abismo ideológico. O respeito entre dois adversários de boa-fé transforma-se em ódio teleológico do inquisidor para com o herege, e, com isso, nenhuma solução de entendimento ou compromisso é possível.³⁰¹

E as redes sociais intensificam este sectarismo, na medida em que os sistemas inteligentes de direcionamento de dados, ou *big data*, inserem o indivíduo numa bolha social, definida pelo sociólogo Manuel Castells como uma forma de autismo eletrônico, onde ele consome exclusivamente informações e opiniões que apenas reforçam suas predileções, gerando estímulos quase inconscientes para que todas as ideias, programas e fatos que não esteja alinhado àquilo que integra esta redoma ideológica seja rejeitado automaticamente.

Como se trata de um alinhamento automático, a polarização dificulta a reflexão, a racionalidade, a construção de consensos (uma vez que o dissenso é rechaçado) e, por conseguinte, o desenvolvimento saudável da política. No ambiente nocivo das linhas do tempo e dos *feed* de notícias, ser ético e combater a corrupção ou ser justo e defender políticas sociais são identidades excludentes, que não ocupam o mesmo espaço.

A despeito das dificuldades que tal espécie de faroeste digital pode impor, o surgimento de lideranças renovadas que revigorem os valores éticos na política é plenamente possível, se contar com o esforço e engajamento das pessoas, e as recentes experiências internacionais de renovação, a exemplo das eleições do presidente francês, Emmanuel Macron e do Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, que confirmam isso. Encerro, assim, o primeiro tópico de reconstrução ética da política.

A educação cívica como elemento de transformação social

O segundo dos dois pontos-de-reconhecimento que levantei sobre o processo de reconstrução ética da política consiste na educação política.

Em 2012, David Souter, um juiz aposentado da Suprema Corte dos Estados Unidos, afirmou que o maior risco à democracia norte-americana não consistia nas invasões estrangeiras, mas na ignorância do povo sobre como o governo funciona. Transportando a fala do ex-ministro para o contexto tupiniquim, diria que o maior

³⁰¹ BOBBIO, Norberto. *Entre duas Repúblicas*. Brasília: UnB, 2001.

•• *Finanças públicas*: travessia entre o passado e o futuro

risco à democracia brasileira não está na corrupção sistêmica, tampouco na ameaça de golpes militares, senão na falta de educação e cultura cívica da sociedade.

Desde o século V a. C., o ideal democrático grego foi desenhado como um projeto de formação ética do indivíduo a partir da educação. Através da *paideia* (educação) clássica, o homem deveria se tornar um cidadão de fato, apto a exercer os deveres exigidos na condução da *pólis*. Atravessamos os séculos e a receita não perdeu a vigência.

Aqui, a lógica é simples e logo será compreendida: a democracia não existe – ou, se existe, é incompleta – sem uma educação apropriada do povo para fazê-la funcionar. Por este motivo é que Bobbio, ao apresentar as promessas não cumpridas que separam a democracia ideal da matéria bruta e experimentada, aponta o fracasso da educação para a cidadania. Para o cientista político italiano, a educação para a democracia é o único modo de fazer com que um súdito se transforme em cidadão, embora, para os governantes, o mais conveniente seja a subserviência do súdito, que ignora os negócios do Estado.

Prevalecendo esta indiferença, ele conclui, os governantes teriam satisfação em converter a sociedade num bando de ovelhas dedicadas tão somente a pastar o capim uma ao lado da outra, e a não reclamar, nem mesmo quando o capim é escasso.³⁰²

A democracia impõe mais responsabilidade sobre as pessoas comuns do que os regimes autoritários e totalitários, já que, segundo a célebre sentença de John Philpot Curran, o preço da liberdade é a eterna vigilância, que poderia encontrar uma releitura moderna no não menos conhecido alerta final de Tio Ben a Peter Parker, segundo o qual, maiores poderes trazem mais responsabilidades. Quero dizer com isto que o regime democrático é não só o mais difícil de se manter, como também o mais fácil de ruir, na medida que extrai sua força do engajamento e compromisso contínuo daqueles que lhe dão fundamento e sustentação, os cidadãos.

E para que possam defender esses valores democráticos, os indivíduos devem ter o que Robert Dahl chama de compreensão esclarecida sobre sua responsabilidade como cidadão, sobre políticas alternativas e suas consequências, ou seja, a capacidade de pensar, participar e fiscalizar os resultados das políticas públicas.³⁰³

O avanço da burocracia nos governos a partir de meados do século XX tornou os negócios do Estado extremamente complexos e ininteligíveis à população, de

³⁰² BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 31.

³⁰³ DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. Tradução de Patrícia de Freitas Ribeiro. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 353.

modo que passaram a servir como anteparo legal para que burocratas imbuídos pelo patrimonialismo agissem às escuras, sem o conhecimento do povo, mantido no pântano da desinformação. Neste sentido, a não educação do povo reflete diretamente nos níveis e na tolerância à corrupção, bem como na extensão das irresponsabilidades perpetradas com o dinheiro que lhe pertence.

Parto do pressuposto quase silogístico de que é muito próximo o elo entre educação e democracia, e a conexão destes dois elementos com a ética. Tal intimidade fica mais nítida à medida em que se percebe, por um lado, que cidadãos mais informados são mais participativos, capazes de formular juízos sobre políticas e comprometidos com os valores republicanos e democráticos e, por outro, que o pensamento crítico proporciona o melhoramento moral das pessoas, entendido como a virtude aristotélica de respeito às leis.³⁰⁴

Quer dizer, se estiver correta a máxima de que o voto é indispensável ao funcionamento da democracia, olhando por um prisma de efetividade (ou qualidade) deste regime, como exercer o direito de escolha de forma racional sem ter a consciência plena sobre as alternativas políticas e sobre os processos de tomada de decisão pública? E, diante da eleição consumada, como acompanhar a gestão das promessas realizadas durante a campanha?

Esta segunda questão suscita ainda um aspecto importante, referente à insuficiência do modelo eleitoral no caráter ético da representação. Mesmo que invertamos a tendência percebida por Bobbio no sentido de que o *voto de opinião* tem diminuído frente ao *voto de permuta*, orientado por favores políticos ou pessoais, o controle que o eleitor consegue exercer sobre o eleito através do voto-punição (não reeleição) é potencialmente baixo, considerando a sua natural intermitência, já que as eleições se consumam de tempos em tempos, bem como a ausência de capacidade dos eleitores de absorver claramente informações objetivas sobre performance política, conforme demonstrado por Larry Bartels e Christopher Achen.³⁰⁵ Se cogitarmos que apenas as eleições suprem completamente essa demanda por *accountability* e controle ético dos agentes políticos, estaríamos aceitando viver uma espécie

³⁰⁴ Pesquisa realizada pelo professor de política da Universidade de Virginia, Steven Finkel, na Polônia, África do Sul e República Dominicana, mostrou como esses elementos são ativados através da educação cívica. Em todos os três países, indivíduos que foram expostos à educação cívica tiveram atitudes mais significativas na política local. Particularmente na Polônia, a exposição à educação política dobrou o nível de engajamento local (FINKEL, Steven E. Can democracy be taught? *Journal of Democracy*, v. 14, n. 4, 2003).

³⁰⁵ ACHEN, Christopher H.; BARTELS, Larry M. *Democracy for realists*. Why elections do not produce responsive government. Princeton University Press, 2016.

de democracia homologatória, na qual, de dois em dois anos, decoramos uma dezena de números e nos dirigimos à urna para depositar um cheque em branco nas mãos de determinados candidatos. Uma negação republicana.

Um governo irresponsável ou desonesto, ainda que fruto da escolha popular, pode ser tudo, menos democrático. Tão importante quanto votar é monitorar permanentemente a atuação dos representantes eleitos, acompanhar os resultados das políticas públicas e reivindicar participação nos processos de tomada de decisão. Tudo isso faz parte do que chamei no início de cultura cívica, tão escassa entre nós.

Diante desse desafio ficam as dúvidas: o que fazer para que as pessoas abandonem o ceticismo e se envolvam mais com a política, acompanhem e vigiem seus representantes eleitos? Mais especificamente, de que forma é possível equipar a sociedade, sobretudo os mais jovens, de maior motivação, engajamento, confiança e conhecimento? E, por falar neles, que papel cabe à juventude neste latifúndio?

Não é que os cidadãos sejam incapazes de acompanhar assuntos atuais ou agir de acordo com suas opiniões. O problema, insisto, é de cultura política, que atualmente está restrita à percepção de que os deveres cívicos se esgotam em um ou dois turnos de votação bienal, sem conhecer a estrutura, os processos e as nuances do sistema ocupado pelos representantes, o que aprofunda mais e mais a distância e a desconfiança na atividade destes atores. Assim, escandalizados com os sucessivos desmandos divulgados pela imprensa desde que saíram às ruas em 2013, os brasileiros aguardam anestesiados, na esperança que 2018 corrija a decadência moral que a classe política estampa diariamente.

Perdoem-me os deterministas, mas a democracia definitivamente não funciona no piloto automático. Na nossa experiência quase trintenária, aprendemos muito do que precisa ser feito para manter esse regime longe das memórias autoritárias – instituições sólidas, eleições livres e justas, garantia de direitos individuais, mecanismos de controle administrativo etc., mas falta um compromisso em aprimorá-lo eticamente, educando e formando cidadãos democráticos.³⁰⁶

Refiro-me à formação de jovens, críticos e protagonistas, conscientes do relevante papel que desempenham na sociedade, e comprometidos com a (re)construção de um projeto político ético, moral e inclusivo. Não se trata de uma reivindicação vazia, na medida em que a própria Constituição de 1988 estabelece como um dos objetivos da educação, como direito de todos e dever do Estado (art. 205),

³⁰⁶ KANE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. Teaching democracy: what schools need to do. *Phi Delta Kappan*, v. 85, n. 1, p. 34-40, 2003.

o *preparo para o exercício da cidadania*. A propósito, é curioso notar que tal preparo do cidadão vem antes da “qualificação para o trabalho”.³⁰⁷

Por este ângulo, as escolas têm uma função indispensável na conscientização ética do jovem, para que ele perceba o tamanho da sua responsabilidade no jogo político. Na prática, contudo, não obstante diversas pesquisas apontarem que o ambiente escolar gera efeitos positivos no comportamento político das pessoas, o ensino orientado à cidadania ainda é considerado uma questão secundária, despida de importância. O preparo para o exercício da cidadania a que se refere a CRFB/88 constitui uma triste lacuna na agenda educacional brasileira.

E o vácuo reproduz desconhecimento. Entre os jovens de 16 a 33 anos, apenas quatro em cada dez admitem entender de política.³⁰⁸ Incompreensão que seguramente estimula slogans apelativos e generalizadores, tais como “todo político é corrupto”, “a política é sinônimo de bandidagem”, alijando o interesse pela verdadeira política, que não se confunde com a politicagem, pois concerne ao debate efetivo de ideias, à construção consensual de programas que resolvam os problemas da sociedade, à fiscalização de como a coisa pública é gerida e sobre como as políticas são executadas.

Percepção semelhante àquela partilhada pelo personagem de Graciliano Ramos em seu livro *S. Bernardo*, Padre Silvestre, cujas opiniões são basicamente as opiniões que lê nos jornais. Como, porém, essas opiniões variam muito, padre Silvestre, impossibilitado de admitir coisas contraditórias, lê apenas as páginas da oposição. Acredita nelas. Mas experimenta, às vezes, dúvidas. Elas juram que os homens do governo são malandros, e ele conhece alguns respeitáveis. Necessitando acomodar as suas observações com as afirmações alheias, acha que os políticos, individualmente, são criaturas como as outras, mas em conjunto são uns malfeitores.³⁰⁹

O fato é que ninguém nasce cidadão. Tornamo-nos cidadãos a partir dos processos de formação experimentados na sociedade. É difícil ver a si mesmo como um carpinteiro se você não possui habilidade para trabalhar com madeira e traduzir o design num projeto acabado. Cidadania na democracia não é diferente, ela precisa ser ensinada, trabalhada e experimentada constantemente na escola.

³⁰⁷ No plano infraconstitucional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), que define o sistema de educação brasileiro, coloca, no art. 2º, entre os objetivos principais da educação no Brasil, o pleno desenvolvimento do educando, através do seu preparo para o exercício da cidadania.

³⁰⁸ RODRIGUES, Alan. O que os jovens pensam sobre política. *Revista IstoÉ*, 2016. Disponível em: <https://istoe.com.br/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA/>. Acesso em: 27 nov. 2017.

³⁰⁹ RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 88. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

•• *Finanças públicas: travessia entre o passado e o futuro*

Nos países nórdicos, as escolas buscam assegurar que valores republicanos sejam desenvolvidos de forma transversal no currículo dos ensinos básico, fundamental e médio. Mesmo as crianças mais novas já se acostumam a tomar parte na apropriação de processos decisórios: escolhendo o nome do seu grupo, por exemplo, ou o que ser-lhe-á servido na merenda. Os mais velhos, por seu turno, são incentivados a contribuir na gestão da escola, participando internamente no desenvolvimento da unidade.

Recebendo *inputs* dos alunos, a escola proporciona uma experimentação política valorosa para formação do caráter ético-cidadão. Jovens que estão acostumados a discutir assuntos locais e escolares tendem a ser politicamente mais engajados e envolvidos com os problemas da sua comunidade. Na Alemanha, as crianças convivem com a disciplina dos valores desde as primeiras séries fundamentais.³¹⁰ Na Noruega, onde 95% dos jovens de 14 anos participam das eleições escolares (maior índice entre os países desenvolvidos), quase o mesmo tanto participa de atividades fora do ambiente escolar.³¹¹

Ocorre que esta gestão escolar democrática ideal está longe de materializar-se no Brasil, diante do deficitário e pessimamente gerido sistema educacional. Além do investimento declinante, das más-condições físicas e da desvalorização dos professores, a influência política na direção das unidades escolares brasileiras frustra o desenvolvimento de atividades que fujam à transmissão padronizada de conteúdo.

A formação cívica, indissociavelmente ligada ao desenvolvimento de virtudes nos cidadãos, precisa ser levada a sério. Os temas que dizem respeito à democracia, ao funcionamento dos poderes, à ética suprapartidária, à pluralidade, devem estar inseridos de forma transversal nos currículos formais desde os anos iniciais da escola, com atividades dinâmicas que permitam ao jovem experimentar de fato a democracia e o sistema político, aprendendo o significado prático das instituições e o poder enorme de interferência que os cidadãos têm nos processos, de modo a fomentar os valores e atitudes que são necessárias para uma boa cidadania (*meaning for learning*).³¹²

³¹⁰ DANTAS, Humberto; ESTRAMANHO, Rodrigo. Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de Democracia. *Conexão Política*, Teresina v. 4, n.1, p. 11-28, jan./jun. 2015.

³¹¹ How to teach citizenship in schools. Democracy, *The Economist* 101. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/international/21716250-governments-are-failing-prepare-young-use-their-votes-well-how-teach>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

³¹² KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. What kind of citizen? The politics of educating for democracy. *American Educational Research Journal*, v. 41, n. 2, p. 237-269, 2004.

Desenvolver capacidades democráticas permite ao cidadão aprimorar em muito a condição da cultura política no país. Insisto: o engajamento cívico é o melhor instrumento para fortalecer os canais de *accountability* que aprofundam a confiança social e interpessoal, resgatando o caráter ético da política. E o impacto que tem a educação neste aprimoramento é nítido, pois influencia diretamente as searas que *destravam* o engajamento: (i) a competência cívica, alusiva à percepção sobre o poder de influência e transformação dos indivíduos coletivamente; (ii) a aderência aos valores republicanos e democráticos, principalmente os que concernem ao respeito pela coisa pública (integridade, honestidade, moralidade); (iii) a participação nas tomadas de decisão.

Mas, principalmente, permite derrubar o senso comum que desacredita nas próprias capacidades e que promove a negação das instituições, dos atores, e da função política, esvaziando um espaço que deveria estar sendo ocupado diariamente por cidadãos interessados, possibilitando maiores (e melhores) diálogos e, conseqüentemente, melhores políticas e maior responsabilidade dos agentes políticos. Primeiro transformar a si mesmo, para depois alterar o estado de coisas.

O desafio da educação cívica brasileira não é pequeno, tampouco livre de percalços. Além dos obstáculos naturais erguidos por aqueles que defendem com unhas e dentes o *status quo* sublinhado pela desinformação e pelo desinteresse da sociedade, a própria tarefa de desconstruir a percepção negativa da sociedade e erguer dos escombros a confiança nas instituições políticas é extremamente difícil. É, portanto, um processo de longa duração, que exige resiliência e, como diria Weber, paciência e paixão.³¹³

De mais a mais, a própria qualidade da educação pública ofertada, começando na pré-escola, reclama medidas urgentes que corrijam as desigualdades crônicas que afligem o sistema educacional brasileiro, a fim de conciliar maiores investimentos, com melhores resultados.

As evidências mostram que a educação cívica exerce influência significativa no comportamento dos cidadãos, o que contesta a tese, enunciada pelos mais pragmáticos, de que os costumes são estruturas imutáveis e, por isso, seria difícil reconstruir a cultura política e ética num país onde predomina há séculos o patrimonialismo e a corrupção.

Quem antes vivia calado, agora sente-se à vontade a tomar a palavra, e no caminho da reconstrução será preciso encontrar alguns pontos que unam a sociedade

³¹³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 38, p. 223-238, 1996.

•• *Finanças públicas*: travessia entre o passado e o futuro

para além de sua clivagem ideológica. Com todos os olhos voltados à educação do povo, tenho certeza que veremos uma inflexão no processo de decadência moral que cansamos de assistir.

Se é o antídoto infalível para nossa crise política-econômica-moral? Difícil dizer, principalmente porque os efeitos são estendidos no tempo e pouco perceptíveis em curto-prazo, mas posso assegurar que, sem educação, o governo popular não é outra coisa senão o prólogo de uma farsa ou uma tragédia, ou, talvez, de ambos.